

A via-crúcis de um ex-araponga do Itamaraty

Diplomata denunciou corrupção na Embaixada do Brasil em Portugal e foi demitido do serviço público em agosto de 1980

Ascânio Seleme

● BRASÍLIA. Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud é um homem angustiado. Angustiado e pobre. Ex-diplomata de carreira exemplar, Jacques Guilbaud foi fulminado por um processo administrativo e demitido do serviço público em agosto de 1980, depois de denunciar um esquema de corrupção para a compra da sede da embaixada brasileira em Portugal. Guilbaud não tinha provas que sustentassem a denúncia. Tinha um único depoimento, que jamais conseguiu tornar público. Se tivesse seguido normalmente a carreira diplomática, poderia ser embaixador. Hoje vive em Tours, no interior da França. Está desempregado, é sustentado pela previdência francesa e tem um único aliado em Paris: o sociólogo Alain Touraine.

Guilbaud tinha tudo para ter uma carreira brilhante

A história dramática de Guilbaud, brasileiro neto de franceses, começou em 1963, quando entrou para o Itamaraty. Bem educado, Guilbaud passou fácil nos testes do Instituto Rio Branco. Falava três línguas estrangeiras fluentemente, conhecia a História da humanidade, entendia de política e direito internacionais e discorria sobre temas econômicos e sociais. Era um homem adequado para a carreira. Sua primeira missão no exterior foi em 1965, na Guatemala. Depois serviu na Dinamarca, no Chile, em Portugal e no Canadá. Logo nos primeiros anos, atendeu a um convite do ministro Marcos Cortes para ingressar no serviço de informações do Ministério das Relações Exteriores. Tornou-se um araponga da ditadura no Itamaraty.

— Eu era um jovem ingênuo. Acreditava na minha carreira, no meu país e no Governo. Entendi que aquela era uma função honrosa e aceitei o convite — diz.

Foi como araponga da diplomacia nacional que Guilbaud viveu em Santiago os primeiros anos da ditadura do general Augusto Pinochet. Também como araponga foi deslocado para Lisboa. Sua missão era acompanhar as atividades de três diplomatas brasileiros suspeitos de envolvimento com a KGB da União Soviética. Ficou em Lisboa dois anos. E lá descobriu que a compra da sede da embaixada teria sido superfaturada. A casa fora avaliada em US\$ 1 milhão e adquirida por US\$ 1,93 milhão, quase duas vezes mais. O documento da avaliação que Guilbaud jura ter visto sumiu dos arquivos da embaixada.

Embaixador teria lhe dado um cheque para depositar na Suíça

Ele diz que confirmou a suspeita poucos meses depois de chegar a Lisboa, no final de 1977, quando o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, general reformado e ex-chefe do SNI, lhe deu, segundo ele, um cheque de US\$ 250 mil para ser depositado na Suíça, na conta do antigo proprietário da casa. A orientação era fazer o depósito na conta e depois levar o recibo ao seu titular, em Paris. Lá, Guilbaud conheceria o português Manuel Queiroz Pereira, que vendera a casa. Num almoço com ele, Guilbaud ouviria, segundo ele, uma história incrível. Ao perguntar se o português estava satisfeito com a venda da casa, Guilbaud afirma ter ouvido dele que o então chefe do SNI João Figueiredo, o embaixador Fontoura e o seu principal auxiliar em Lisboa, o ministro Raul Fernando Leite Ribeiro, teriam se beneficiado na transação.

O português, de acordo com o relato de Guilbaud incluído num processo enviado à Justiça para anular sua demissão, ocorrida há 18 anos, teria dito que Leite Ribeiro estaria fazendo novas exigências. Queiroz Pereira, segundo relatório que Guilbaud enviou ao Itamaraty, teria dito o seguinte: "Ainda não estão contentes (...). Já dei US\$ 900 mil para serem distribuídos entre ele (Leite Ribeiro), o embaixador e Figueiredo e ainda querem mais".

O relato de Guilbaud foi recebido como uma bomba no Brasil. Tratava-se de uma denúncia não amparada por documentos, que atingia o chefe do SNI, um ex-che-

fe do órgão e um diplomata respeitado. A denúncia foi arquivada no Itamaraty.

O jovem primeiro-secretário passou a ser tratado como desequilibrado mental. Um ano e meio depois do encontro com o ex-dono da casa, Guilbaud viria ao Brasil. Conforme o depoimento incluído no processo de reintegração no Itamaraty, ele começou a receber ameaças. "Fui ameaçado de morte, bem como minha família. De um modo ou de outro tinham de se ver livres de mim". Em Brasília, mentindo ter documentos que comprovariam a denúncia, conseguiria obter transferência para o Canadá, sendo lotado no Consulado de Toronto.

— Minha vida estava virada ao avesso. Meus colegas me hostilizavam, meus chefes me desprezavam. Virei um ser estranho na diplomacia brasileira — disse.

Guilbaud afirma que passaria então a ter uma vida "absolutamente atormentada". Desestabilizado emocionalmente, tentou recomeçar sua carreira no Canadá. Mas lá também teria recebido ameaças de morte. Telefonemas anônimos exigiam que se calasse. Preferiu ir em frente. Mais grave: denunciou ao jornal canadense "The Globe and Mail" que era um homem perseguido pelo Governo brasileiro. Aconteceria então um fato inédito na História da diplomacia mundial: Guilbaud pediria asilo político ao Canadá sem desligar-se das funções que exercia em Toronto, representando o Governo que alegava persegui-lo.

Canadá não deu asilo, mas pôs polícia para proteger Guilbaud

O episódio reforçou a tese de que sofria de problemas mentais. O Canadá não lhe deu o asilo pedido, mas garantiu-lhe segurança constante, mandando a polícia vigiar a sua casa e acompanhar seus filhos e sua mulher. O Itamaraty abriu um inquérito administrativo contra ele, quase sumário. Aberto no dia 6 de junho de 1980, foi concluído a 4 de agosto com a sua demissão. Em menos de dois meses, a comissão de inquérito, presidida pelo então ministro de segunda classe Rubens Ricupero, julgou e condenou o diplomata.

Guilbaud trancou-se em casa com a mulher e os cinco filhos. Antes do final do processo administrativo, quatro membros da comissão de inquérito foram a Toronto ouvi-lo. Acabaram presos na porta da sua casa por policiais canadenses que lhe davam segurança. A comissão ignorou o parecer do então conselheiro Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira, designado para fazer sua defesa. Ele sugeriu que Guilbaud sofria distúrbios mentais, recomendando sua aposentadoria. Como Guilbaud não atendeu à determinação de voltar ao Brasil, foi demitido por "má-fé, torpeza, deslealdade às instituições constitucionais e abandono do emprego".

O diplomata e sua família viveriam no Canadá até 1986. Depois, ele mudou-se para a França. Comprou uma pequena pousada em Tours, ao sudoeste de Paris. Anos depois perdeu a pousada e passou a trabalhar como vigia noturno de um hotel. Sua vida virou de ponta-cabeça. O homem culto, filho de um ex-presidente da Câmara de Comércio do Rio, diplomata promissor no início da carreira, araponga do SNI no Itamaraty, transformara-se num vigia de hotel. Há dois anos, foi demitido e vive com recursos previdenciários do país que o adotou.

— O que peço é justiça: ser reintegrado à carreira e aposentado. Preciso de dinheiro, sim, mas o mais importante é a reparação moral que o Estado brasileiro me deve — afirma Guilbaud.

Advogado quer apenas anular demissão de Guilbaud

O advogado Francisco Arrais Rosal, que trabalha de graça para o ex-diplomata, quer que sua demissão seja anulada. Argumenta que seu cliente não poderia ser demitido se sofresse, de fato, de problemas mentais. Na ação, ele não insiste nos argumentos políticos do ex-diplomata, praticamente ignorando a denúncia de superfaturamento da casa de Lisboa. O que se quer agora, segundo ele, é devolver a dignidade perdida de Guilbaud. Mesmo que siga sendo considerado louco. ■



JACQUES GUILBAUD posa para a foto diante do Hotel Terminus, no qual trabalhou como vigia noturno na França, depois que deixou o Canadá